

# Brasil: a inserção internacional, a ética da nova face da elite e a consolidação dos meios de dominação<sup>1</sup>

Ronaldo Raemy Rangel

rrangel@uninove.br, Uninove, campus Vila Maria, R.  
Diamantina, 302/303, 02117-010, Vila Maria, São Paulo – SP  
[Brasil]

Este texto busca demonstrar que a recente inserção brasileira, no contexto internacional, estabelece ações de políticas da classe dominante que conduziram o país a um período de equilíbrio instável. Essa inserção, nos moldes propostos, demanda a constituição de uma “sociedade do controle”, na qual a força da unanimidade capture as formas de convívio coletivo e a responsabilidade social. Nesse âmbito, o discurso que apresenta a inserção como a garantia de uma “nova era de estabilidade e de prosperidade”, de fato, deve ser percebido como uma orientação em que tanto os mecanismos macroeconômicos quanto a visão de risco geram um sistema no qual todo conflito é tomado como retrocesso, e toda réplica, como um espaço vazio, uma vez que tal discurso inverte os sinais das referências de ordem, ou seja, utiliza-as como elementos de expansão do controle, por meio dos dispositivos que dão forma às novas políticas.

**Palavras-chave:** Elites. Ética. Inserção internacional. Sociedade do controle.

## 1 Introdução

Ao longo dos últimos anos, vem tomando corpo no Brasil a concepção de um “estilo de desenvolvimento”, apoiado em uma ampla abertura comercial e financeira que, rezam os argumentos a favor, nos permitiria dar um salto qualitativo que nos faria ingressar em num novo ciclo de investimentos privados (nacionais ou estrangeiros). Tal processo, por seu turno, nos levaria ao reencontro com o crescimento, sustentado, agora sobre bases mais consistentes (BAUMANN, 1996).

Segundo os primeiros defensores dessa formulação (BAUMANN, 1996; FRANCO, 1996), o velho protecionismo e os fragmentos de capitalismo de Estado brasileiro deveriam ser substituídos pela maior liberalização econômica, que corrigisse as distorções do modelo até então experimentado, ou seja, um modelo intervencionista que visava ao dirigismo do mercado por meio da intervenção mais ativa da esfera estatal – fosse ele chamado de *welfare* keynesiano ou mesmo de proposta da Escola Institucionalista (FRANCO, 1996) –, e criasse um novo circuito expansivo por meio da maior inserção do país no sistema produtivo mundial. Pelo menos no discurso, o novo formato de desenvolvimento ajustaria nossa estrutura industrial aos padrões de competitividade internacional, o que possibilitaria o enfrentamento do desafio da concorrência estrangeira. Nessa disputa, a indústria brasileira somente ganharia, ou pelo estímulo ao aumento da produtividade, por meio da adoção de comportamentos inovadores, ou pela modernização da infra-estrutura, com um parque industrial mais especializado e inserido globalmente.

Deve-se notar que em seus movimentos iniciais, de fato, o novo modelo concedeu vantagens aos interesses dos segmentos da elite nacional ligados aos setores produtivos. Esses setores, essencialmente, haviam emergido, no período anterior, sob a égide da estruturação do Estado tecnocrático, que se renovou ou ampliou seus processos de acumulação, no período do “desmonte” da máquina estatal brasileira, especialmente durante os processos de privatização, que tiveram seu arcabouço teórico desenvolvido em fins dos anos 1980 (RANGEL, 1985), e sua

implementação iniciada na “era Collor” com sua consolidação e expansão nas duas gestões de Fernando Henrique Cardoso, o que pode ser claramente compreendido pela leitura do clássico *O vôo da coruja* (FIORI, 2003).

Com efeito, o discurso corrente à época atestava que, após um período de reestruturação, a “inserção competitiva” levaria, inequivocamente, à eficiência produtiva e ao acúmulo de bem-estar social, afirmando, ainda, que tais ganhos “penalizariam posturas rentistas” (FRANCO, 1996; BIELCHOWSKY; STUMPO, 1996).

Contudo, devemos ter claro que o apanágio das reformas de cunho neoliberal estava integralmente alinhado aos dez pontos do chamado Consenso de Washington<sup>2</sup>. Diante disso, a economia brasileira passou a ser parametrizada não só pela abertura comercial (fundamental para a exposição competitiva pretendida), mas também – e aqui como elementos absolutamente essenciais para a efetivação de tal “abertura” – pela liberação do câmbio e pela estabilização monetária.

Entretanto, o conjunto de propostas normativas sugeridas (ou impostas) pelos organismos multilaterais e adotadas, sem restrições, no Brasil (e na maior parte da América Latina), não obteve os resultados pretendidos por seus arautos. Com efeito, e ao contrário, estabeleceu uma condição de perfeita mobilidade de recursos, promovendo uma abertura financeira confortável para a ampliação dos fluxos de capital internacional. Criou-se, dessa maneira, um mecanismo de integração de nossa economia com o mercado internacional de capitais, que passou a ser tratado como o “centro principal” do sistema.

Uma vez que tais fluxos são, por motivos óbvios, orientados de acordo com a lógica de aplicação dos investidores internacionais – especialmente dos chamados investidores institucionais –, o país foi forçado a submeter-se a parâmetros de cálculo de risco, apresentados aos brasileiros com o rótulo genérico de “fundamentos macroeconômicos”.

Para reduzir o grau de risco do país para tais investimentos, a engrenagem macroeconômica se concentra na busca de fluxos positivos de capitais, impondo uma lógica de atuação da política econômica local focada, quase exclusivamente, na esta-

bilidade dos preços, sem o que a mobilidade de capitais se esvaíria. Para tanto, toda e qualquer ação de políticas (fiscal, monetária ou cambial) passa a se concentrar no objetivo de debelar o “processo inflacionário crônico”.

Pelo exposto, a despeito da inevitável contração dos investimentos internos, do efeito negativo provocado pela ampliação da necessidade de financiamento externo (leia-se dependência financeira) sobre a balança comercial e do endividamento público interno, as autoridades econômicas não se isentaram de promover a elevação da taxa de juros doméstica acima da internacional, de sobrevalorizar o câmbio e de esterilizar a liquidez global do sistema, por meio da expansão da dívida pública em títulos.

[...] a despeito de não haver uma restrição externa absoluta, a taxa de crescimento da economia brasileira tenha continuado baixa, menor do que a da década perdida de 1980. Por mais paradoxal que possa parecer, portanto, a reversão do fluxo de capital nos anos 90 não alterou o fato de que o Brasil ainda encontra na restrição externa o seu principal obstáculo ao crescimento. Mas agora, ao contrário das décadas anteriores, na ausência de uma política ativa de desenvolvimento, a única forma de ajuste da conta corrente no caso de algum choque externo adverso, passou a ser a redução das importações por meio de políticas fiscais contracionistas e de restrição ao crédito que levam, de forma circular, a uma nova redução do nível de atividades da economia. (FIORI, 2002-2003, p. 44-45).

Nesses termos, apesar de o discurso corrente desses setores continuar a defender a tese de que o modelo construído permitiria (ou permitirá) a retomada do crescimento, uma nova forma de integração ao mercado internacional e de que, no futuro, será possível manter a estabilidade macroeconômica, reduzir a vulnerabilidade externa e garantir uma trajetória sustentável de crescimento, fica evidente que a abertura e a desregulamen-

tação financeira estabeleceram a integração dos mercados financeiros, viabilizando, conseqüentemente, que rentistas – domésticos ou estrangeiros – realizassem arbitragens em aplicações internas e externas, ampliando seus ganhos de forma mais que proporcional, se comparados com os do chamado capital produtivo. Tal cenário configura uma ruptura na tradicional mecânica de acumulação e na lógica de poder econômico até então estabelecida, uma mudança do perfil da hegemonia da elite e, acima de tudo, uma modificação das condições estruturais, obrigando ao ajustamento das instituições historicamente consagradas e fundadas na esteira do êxito do padrão fordista-taylorista de acumulação.

Podemos afirmar, nesse sentido, que o novo modelo de desenvolvimento e a inserção internacional que ele objetiva alcançar põem o país não só em um período de equilíbrio instável<sup>3</sup>, mas também restringem e agravam tal instabilidade, não apenas pela forte vinculação entre a vulnerabilidade externa e a fragilidade financeira do setor público, mas também, e principalmente, por vivenciarmos uma mutação do que Foucault descreveu como sociedades disciplinares<sup>4</sup>. Percebe-se, gradativamente, o estabelecimento de uma orientação cada vez mais caracterizada pelo controle contínuo da sociedade, em que prevalece um discurso uníssono e amplamente difundido sobre a modernização do aparelho produtor e a nova estrutura econômica nacional. Se tal modelo for contrariado, aquele que a ele se opõe passa a ser visto como retrógrado, ou mesmo um lesa-pátria, não comprometido com a modernidade e o progresso do país.

## 2 Mais que disciplina, consolida-se a sociedade do controle

A presente transição ou mudança que presenciemos deve ser reconhecida não apenas pela mutação do regime de acumulação, mas também pela substituição das fontes de dominação da elite, da passagem da sociedade da disciplina de Foucault (eficaz no paradigma metal-mecânico, tipificado por uma lógica produtiva hierarquizada

e com distinções claras de modalidades de trabalho) para a sociedade do controle deleuziana<sup>5</sup>, na qual a força da unanimidade se internaliza nos indivíduos e captura as formas de convívio coletivo e de responsabilidade social.

Com efeito, para alguns comentadores dos trabalhos de Deleuze:

A sociedade é subsumida em sua integridade, até os centros vitais de sua estrutura social; trata-se de um controle que invade a profundidade das consciências e dos corpos da população, atravessando as relações sociais e as integralizando. (PELBART, 2003, p. 82-83).

De fato, o novo meio de dominação instituído cria, no imaginário coletivo, a crença de que o modelo de desenvolvimento, a modernização do país e as condições de inserção internacional instalam-se como uma ordem liberal benéfica, impulsionada pela força motriz da economia de mercado que, independentemente de perdas sazonais e temporárias, garantirá uma nova era de estabilidade e prosperidade por meio do consenso democrático que, contudo, deve ser, necessariamente, o da unanimidade.

Na verdade, explicitamente, o discurso da nova elite nacional, difundido tanto para o público interno quanto para mundo exterior, é o de que o Brasil se inseriria no cenário internacional como uma potência média e consolidaria o regime político democrático (sobrepunhando o autoritarismo e a ditadura de anos anteriores), superando, principalmente, a instabilidade econômica, pelo estabelecimento de um mercado seguro, sólido e maduro, cada vez mais distanciado dos graus de risco de outrora, intoleráveis para os investidores. Dessa forma, a credibilidade, em contraposição ao risco e à instabilidade, era apresentada como o mote norteador, o elemento de mudança qualitativa, que garantiria a nova identidade do país como um *global trader* e como um ator ativo no mercado internacional de capitais, com todo o potencial e interesse para manter um relacionamento externo amplo e variado.

Tal credibilidade se instalou – sem ressalvas – na sociedade brasileira pelos meios de comuni-

cação e por ações governamentais fortemente vinculadas aos valores da democracia liberal e da economia de mercado. Acrescente-se a isso que o Estado, por mecanismos institucionais e legais, e o segmento emergente da elite, por procedimentos de difusão e exaltação cultural, exerceram, mutuamente, a influência constitutiva em relação às pretensões de modernização do país e de sua inserção dinâmica no cenário internacional. Cabe destacar que o Estado e a elite hegemônica, simultaneamente, construíram a imagem que os brasileiros incorporaram sobre o país e seu envolvimento no exterior e, acima de tudo, sobre suas possibilidades e importância no contexto internacional, além de – extremamente importante – criarem as condições para abrigar os rentistas internacionais, estimulando-os a aplicar parte de seu portfólio em operações voláteis no país.

Assim, o contexto de mudanças na identidade brasileira (tanto para os nativos quanto para os agentes internacionais) aponta para um mundo em que os mecanismos macroeconômicos restritivos e a visão de risco se consagram e se disseminam pelo monopólio da comunicação, pelo controle da mídia e por atos institucionais providos pela esfera governamental, o que gera uma ordem sem exterioridade em que todo conflito é um retrocesso e toda réplica é inócua, resultando em um período marcado pelo fim da crítica.

Essa “crise” da crítica desorienta as ações da sociedade civil fazendo com que, sem que se perceba, abra-se mão da construção da cidadania e da preservação de benefícios e conquistas historicamente adquiridas, pois esses direitos, aparentemente, serão concedidos sem esforço, não como um bem ou um direito individual e/ou coletivo a ser apossado, mas como um conjunto de direitos difusos, que, por não serem identificados claramente, devem ser garantidos por algum poder regulador ao qual, “por unanimidade”, são entregues, passivamente, nossos destinos. Trata-se, portanto, não só de um meio de controle, mas de uma elementar e eficiente forma de dominação que se consolida.

Sem crítica ou contraposição, o discurso da estabilidade econômica, do modelo de desenvolvimento e da inserção internacional manipula noções tradicionais de ordem que passam a ser

utilizadas com sinais invertidos, ou seja, não como elementos de ampliação da liberdade, da participação e da exigência dos direitos, mas como expressões de expansão do controle por parte da elite que dão forma e sustentação às instituições constituídas e às novas políticas adotadas.

Para sustentar nosso argumento, mesmo correndo o risco de simplificação, valemo-nos da obra de Hannah Arendt *Entre o passado e o futuro*<sup>6</sup> e mencionamos uma de suas assertivas: que “[...] a liberdade enquanto relacionada à política não é um fenômeno de vontade [...]” (ARENDR, 2003, p. 197), ou seja, “[...] o desígnio da ação varia e depende das circunstâncias mutáveis do mundo, identificar uma questão não é uma questão de liberdade, mas de julgamento certo ou errado [...]” (ARENDR, 2003, p. 198). Transpondo para o momento sociopolítico descrito, pela unanimidade, ou se preferirmos, pelo controle que se estabelece, somos levados a crer, ou a ter como certo, que a conjuntura em que vivemos socialmente é sinônimo de eficiência e eficácia econômica.

Há, então, uma armadilha na situação atual, pois ela camufla os termos reais das necessidades sociais e individuais do homem: preferimos aceitar que nossas perdas particulares são estruturais e inevitáveis, resultado de nosso fracasso ou da nossa inabilidade pessoal e, mais que isso, passageiras. Não as entendemos como decorrentes de uma estratégia de ação econômica e de dominação focada, exclusivamente, em auxiliar a acumulação do capital financeiro ou, se preferirmos, dos interesses da nova face da hegemonia da elite.

Com efeito, a sociedade é levada a crer que:

[...] se tanto o liberalismo como o conservadorismo não nos ajudam no momento em que tentamos aplicar suas teorias às formas e mistificações políticas factualmente existentes, dificilmente se pode duvidar que suas asserções gerais comportam grande plausibilidade [...] (ARENDR, 2003, p. 137).

O controle é, assim, o novo meio de dominação concebido pelas renovadas elites econômi-

cas e políticas do Brasil, que influenciam o imaginário coletivo pelo discurso da era de inserção internacional desenvolvimentista, pelo mito da modernidade necessária e pela utopia das vantagens da globalização. Na busca por eficácia econômica e pela consolidação da prática democrática, essa política de conjunto é apresentada como um todo coerente e plausível de ações.

### **3 O fim do compromisso integrador e da noção de identidade nacional**

Independentemente da ausência do dinamismo interno propagado, da não-inserção competitiva pretendida, da manutenção do lugar periférico do Brasil no contexto do comércio internacional e de sua vulnerabilidade com relação aos movimentos externos de capitais, o país insiste nesse caminho e mantém posições ambíguas. Por um lado, considera-se modernizado (“como seria seu destino natural”) e relevante em termos geopolíticos; por outro, adota um modelo restritivo, precarizador e poupador de mão-de-obra, em que todos os eventuais detentores de rendas financeiras, independentemente de sua magnitude ou dos setores em que tradicionalmente operem, compensam as perdas impostas pelo novo modelo, transformando-se em rentistas. Nesse contexto, todos – organizações, famílias ou indivíduos –, motivados pelos “custos de oportunidade”, pelos “graus de incerteza” quanto ao futuro e, principalmente, influenciados e corrompidos pelos “inputs da lógica do controle”, passam a sacrificar ganhos operacionais em busca de resultados não-operacionais e/ou trocam consumo e investimentos produtivos por “prêmios de risco” materializados em taxas de juros extraordinárias.

Dessa forma, os segmentos hegemônicos da elite, habilmente, conseguiram estabelecer arranjos com os demais setores da classe dominante, que acabam por recompor suas perdas graças aos ganhos que obtêm nos mercados financeiros (de longo ou curto prazo) e, com talento incomum, minimizam eventuais conflitos com as camadas populares, por meio de alianças promovidas à custa

de políticas sociais compensatórias, pela adoção de programas populistas de governo.

Curioso é que, enquanto a nova face da elite e seus novos meios de dominação se consolidam, a sociedade fica sem perspectiva de futuro e, independentemente de perceber crescimentos ou projeções píffias de aumento do produto interno bruto (PIB), o desemprego estrutural e uma inexorável ampliação do poder econômico de poucos grupos sociais, a lógica do controle consegue subtrair a crítica, o conceito de unidade nacional e a noção de povo e substituí-las por pressupostos de vantagens individuais e/ou de pequenos grupos. A perda de senso coletivo e o incentivo ao individualismo passam a ser a principal ferramenta e instrumento de dominação, pois o estímulo aos ganhos privados e individuais superam e distorcem a consciência coletiva, gerando uma desigualdade não necessariamente de riqueza ou de oportunidades, mas entre os que têm e os que não têm acesso às diversas formas de consumo.

Dito de outra maneira, o consumo coletivo não só deixa de ser uma aspiração social, mas também não é mais a principal fonte de acumulação do capitalista, que agora se dá, parafraseando Marx, pela lógica do “ciclo de acumulação do capital dinheiro”<sup>7</sup>, ou por nichos seletivos de compradores, segmentos específicos de mercado com características próprias de demanda. Tais setores são compostos de consumidores sensíveis à variedade, à moda, à imagem de qualidade, ao atendimento etc., que apenas dependem de rendas que, por sua vez, podem ser alcançadas, meramente, por movimentos especulativos no mercado financeiro.

Levando-se em consideração, de maneira irrestrita, o argumento apresentado em relação aos atuais padrões de consumo, podemos reafirmar que a consolidação dos meios de dominação da elite hegemônica ocorre, atualmente, por meio de processos culturais que atuam sobre o imaginário social, influenciando na sensibilidade do consumo (*grosso modo*, conspícuo), ou sobre as vantagens de ganhos na emulação pecuniária. A comunicação interativa que induz tais comportamentos é, então, a maior expressão de valor e a principal fonte geradora de controle por parte da elite.

A nova face da elite brasileira vem promovendo uma clara ruptura do pacto social contratado no modelo de desenvolvimento anterior e um rompimento com o chamado compromisso integrador, que forjava indivíduos “iguais” em anseios de mobilidade. Essa postura tem provocado uma mudança brutal na organização e nas instituições da sociedade, pois, ao promover (com o discurso de desejável ou de inevitável) a elevação da competição externa, a internacionalização de mercados e o aumento do grau de desnacionalização da indústria brasileira, alarga, em comparação com o resto do mundo, o diferencial produtivo doméstico, além de saturar e fragilizar o mercado local, tornando instável a demanda interna.

Diante disso, fica claro que não se pode afirmar que tais transformações – de cunho econômico ou ideológico – sejam lineares ou que expressem ritmos e velocidades idênticas em todas as áreas, setores e segmentos do país. Entretanto, é inegável que a perfeita mobilidade de recursos gerados da associação entre a abertura financeira e a expansão da dívida mobiliária do Estado possibilitou uma imensa interpenetração patrimonial, não só entre ativos domésticos, mas também entre eles e os ativos estrangeiros, levando a integração dos recursos nacionais a uma lógica de mercado global.

Sob o discurso “bem-intencionado” da modernização, a nova face da elite brasileira vem criando condições para a ampliação da mecânica internacional de distribuição de renda, à qual está vinculada e, por meio dela, amplia e acelera seus processos de acumulação. Ao mesmo tempo, o discurso modernizador se espalha por este país paupérrimo, cumprindo seu papel de semear ilusões entre milhões de brasileiros que ignoram o que o futuro lhes reserva.

### **Brazil: the international insertion, the ethics of the elite’s new face of and the consolidation of the ways of domination**

The text searches to demonstrate that the recent Brazilian insertion in the international context, establishes politic actions of the ruling class that

have launched the country in a period of unstable balance. This insertion, within the proposed shapes, demands the constitution of a “society of the control”, in which the force of the consensus captures the forms of collective conviviality and the social responsibility. Thus, the speech that presents the insertion as the guarantee of a “new age of stability and prosperity”, in fact must be perceived as an orientation where both the macroeconomic mechanisms and the vision of risk generate a system in which all conflict is considered as retrocession and all rejoinder as an empty space, since such speech inverts the signals of the order references, in other words, uses them as elements of expansion of the control through the devices that shape the new politics.

**Key words:** Ethics. International insertion. Society of the control. Elites.

## Notas

- 1 O autor agradece às críticas e sugestões da professora Cíntia Teixeira, isentando-a, entretanto, de quaisquer falhas e incorreções que persistirem no presente texto.
- 2 O Consenso de Washington corresponde à construção de uma matriz neoliberal que foi apresentada aos países da América Latina em novembro de 1989, em que a adesão era exigida em troca do refinanciamento das dívidas daqueles países. Essencialmente, o acordo compreendia dez pontos a serem cumpridos pelos países: disciplina fiscal; priorização dos gastos públicos; reforma tributária; liberalização financeira; regime cambial; liberalização comercial; investimentos diretos estrangeiros; privatização das estatais; desregulamentação e constituição de nova lei de propriedade intelectual. Tais tópicos, quando implementados, provocaram uma drástica redução do Estado e, em algum sentido, corrosões no próprio conceito de nação, além de terem maximizado a abertura à importação de bens e serviços e potencializado a entrada de capitais de risco.
- 3 Diz-se da situação que é capaz de permanecer estável, mas que pode ser deslocada por qualquer agente ou ação externa. Trata-se, portanto de um equilíbrio precário e frágil.
- 4 Um dos pressupostos básicos na obra de Michel Foucault é o conceito de sociedade disciplinar que, no entanto, não é suficiente para penetrar integralmente nas consciências dos indivíduos a ponto de organizá-los

na totalidade de suas atividades. Para mais informações sobre o conceito, sugerimos a leitura de Raga e Orlandi (2002).

- 5 O pensamento deleuziano “desloca” os dispositivos disciplinares característicos da fase anterior (proposto por Foucault) por mecanismos de controle que colocam o indivíduo em um “estado de alienação autônoma”. Tal conceito está claramente explicitado em Zourabichvili (2004).
- 6 Neste livro, Arendt apresenta uma inquietação acerca da política do mundo contemporâneo na forma de uma crítica ao pensamento usual, mormente a questões como autoridade e liberdade, indagando sobre as características da atual ação política, o que resulta na proposta de uma profunda revisão de conceitos da chamada “tradição” da filosofia política.
- 7 Para mais informações sobre o conceito, ver Suzanne de Brunhoff (1978).

## Referências

- ARENDDT, H. *Entre o passado e o futuro*. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- BAUMANN, R. (Org.). *O Brasil e a economia global*. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus/Sobeet, 1996.
- BIELCHOWSKY, R.; STUMPO, G., A internacionalização da indústria brasileira: números e reflexões depois de alguns anos de abertura. In: BAUMANN, R. (Org.). *O Brasil e a economia global*. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus/Sobeet, 1996. p. 167-193.
- BRUNHOFF, S. de. *A política monetária: um ensaio de interpretação marxista*. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FIORI, J. L. da C. O Brasil no império americano. *Revista Teoria e Debate*, São Paulo, v. 15, n. 52, p. 44-55, 2002-2003. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1838>>. Acesso em: 13 mar. 2006.
- \_\_\_\_\_. da C. *O vôo da coruja: pra reler o desenvolvimento brasileiro*. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- FRANCO, G. H. B. *A inserção externa e o desenvolvimento*. Brasília: Banco Central do Brasil, 16 jun. 1996. Disponível em: <<http://www.econ.puc-rio.br/gfranco/insercao.pdf>>. Acesso em 13 mar. 2006.

PELBART, P. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. 1. ed. São Paulo: Iluminuras, 2003.

RAGA, M.; ORLANDI, L. B. L., (Org.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

RANGEL, I. *Economia brasileira contemporânea*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bial, 1985.

ZOURABICHVILI, F. *O vocabulário de Deleuze*. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

Recebido em: 13 mar. 2006 / aprovado em: 12 jun. 2006

**Para referenciar este texto**

RANGEL, R. R. Brasil: a inserção internacional, a ética da nova face da elite e a consolidação dos meios de dominação. *Revista Gerenciais*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 109-116, jan./jun. 2006.